

## Entre a Bética e a Galécia: a construção da memória de S. Torcato de Guimarães nos séculos XVI-XVII

João Durães  
(Universidade do Porto)

### 1. Introdução

Como auxílio à definição do tema que estudámos nesta investigação e das suas balizas espacial e cronológica, importa clarificar o título deste artigo por partes. “Entre a Bética e a Galécia” refere-se à ‘disputa’ erudita ocorrida na época citada em relação às divisões eclesiais pastoreadas (segundo a lenda) por S. Torcato (se a Diocese de Guadix, na Bética (ou, na sua variante, a hipotética Diocese da Citânia (de Briteiros), na Galécia), ou a Arquidiocese de Braga, na Galécia) e, por outro lado, à questão dos locais que reclamavam a posse do corpo/das relíquias de S. Torcato: o mosteiro de S. Salvador de Celanova, na Galiza, e o mosteiro de S. Torcato, junto a Guimarães. Ao invocar-se as denominações das antigas províncias da Hispânia, pode também fazer-se alusão ao seu passado romano, período em que terá vivido, segundo a primeira versão da sua hagiografia, S. Torcato. Já “a construção da memória de S. Torcato de Guimarães” procura dar a entender aquele que será o objetivo desta investigação: estudar a evolução da lenda/hagiografia de S. Torcato para percebermos, através dos respetivos relatos hagiográficos, a conceção que se constrói ao longo do tempo da sua figura histórica e a polémica que a existência de diferentes versões levantou entre o meio letrado à época; esta última é mencionada no título proposto (“séculos XVI-XVII”), a qual corresponde ao espaço cronológico das fontes a utilizar.

Dada a limitação a que estivemos sujeitos na elaboração do trabalho que deu origem a este artigo, seleccionámos somente fontes portuguesas, embora tenhamos consciência da produção de outras no país vizinho, com as quais nos deparámos durante a nossa investigação.<sup>1</sup> Nestas, para além da narrativa da vida de S. Torcato, procuraremos analisar os seus suportes bibliográficos para construir essa mesma narrativa, o género e os autores desses apoios textuais, perceber se existe uma evolução na utilização dos mesmos e, através dessa mesma evolução, se os produtores das fontes a analisar mantinham-se atualizados em termos de publicação de obras na sua época. Ainda no âmbito da narrativa, recolheremos os corónimos e topónimos que as fontes mencionam no contexto da lenda e do culto a S. Torcato e as eventuais mudanças de fonte para fonte em relação a este campo.

Realce-se que com este estudo não pretendemos responder às perguntas ‘Quem foi, na verdade, S. Torcato de Guimarães?’ ou ‘O corpo venerado em Guimarães é realmente de S. Torcato?’, mas sim àquelas que nortearão o nosso fio condutor: como se constroem nos séculos XVI-XVII as explicações (isto é, as diversas narrativas) de que o corpo venerado em Guimarães seja de S. Torcato? Credibilizaram-se essas explicações? Quais as razões de não haver apenas uma explicação?

Esperamos ter algumas respostas no fim deste artigo.

---

<sup>1</sup> Falamos de *Antigüedad de la Ciudad, y Iglesia Cathedral de Tuy*, de D. Fray Prudencio de Sandoval (1610), *Historia del Apostol Santiago Zebedeo*, de D. Mauro Castellà Ferrer (1610) e *Historia del glorioso Apostol Santiago Patron de España*, de Fray Hernando Oxea (1615). Através de uma leitura das mesmas reparámos que também se referem a S. Torcato (inclusive ao corpo venerado em Guimarães), pelo que abordaremos ainda as duas últimas posteriormente neste artigo.

## 2. S. Torcato de Acci e os Varões Apostólicos – os nebulosos primórdios do Cristianismo na Hispânia

O tema dos Varões Apostólicos foi largamente tratado pela historiografia eclesiástica quando esta procurava abordar as origens do Cristianismo na Hispânia. Devido à existência de múltiplas ‘tradições’/correntes que procuravam esclarecer este período ‘nebuloso’ da história ibérica (viagem de S. Paulo à Hispânia, os Varões Apostólicos e as lendas jacobéias<sup>2</sup>), deu-se o debate entre os autores que as defendiam (bastante ‘aceso’ nos séculos XVI-XVII, como atestaremos na análise das fontes), que chegou inclusive ao século XX.

Carmen García Rodríguez atenta no facto de os Varões Apostólicos serem, a par de Santo Emiliano, os únicos santos confessores (não mártires, portanto) hispânicos mencionados em textos litúrgicos moçárabes, celebrados em festa comum a 1 de maio pelos seus calendários, dando a entender o de Córdova (composto em 961) que se comemoravam “durante siete días seguidos, desde el 27 de abril” (García Rodríguez, 347). A primeira fonte não ibérica a mencionar a sua memória é o *Martirologio de Lyon* (escrito antes de 806); contudo, o *Libellus Orationum* de Tarragona (datado entre finais do século VII e princípios do século VIII – “o único livro litúrgico do tempo visigótico” (Oliveira, 86), portanto) não procede da mesma forma. Doravante, teremos em conta a versão da lenda dos Varões Apostólicos contida no *Martirologio de Lyon* e transcrita por Miguel de Oliveira (84).

José Vives desenvolve as hipóteses de no século VII não haver culto a S. Torcato ou desconhecer-se a existência/localização do seu sepulcro e a *Vita Torquati et sociorum* ser “criação de um hagiógrafo moçárabe, fugido talvez da Bética para o Norte no século VIII tão fecundo na produção de textos literários” (*apud* Oliveira, 86); assim, na opinião de Àngel Fàbrega i Grau, o culto aos Varões Apostólicos originar-se-ia a partir da difusão da *Vita* e a festa de S. Torcato, a 1 de maio, teria sido escolhida para a festa comum dos seus seis companheiros, o que explica a sua menção nos textos litúrgicos moçárabes; deste modo, José Mattoso (33) nota que esta tradição tem uma “origem clerical, e não popular, embora muito antiga” – antiguidade esta que não impossibilita, conforme afirma José Vives, que “os santos varões, todos ou ao menos alguns, fossem bispos de tempos remotos, os primeiros das sés mencionadas pela lenda” (*apud* Oliveira, 86-87), nas quais talvez fossem “objeto de veneración popular en época visigoda”, como sugere Carmen García Rodríguez (351).

Apesar de não ser minimamente provável, para Miguel de Oliveira, que esta tradição incorpore vestígios doutra primitiva e autêntica, constitui-se como

[...] contraprova às lendas de S. Tiago. Se estas já então estivessem divulgadas, não se estabeleceria a ligação da hierarquia peninsular com os apóstolos S. Pedro e S. Paulo, no período em que estes residiam em Roma. (Oliveira, 87)

A lenda da trasladação do corpo de S. Tiago desde a Palestina até à Galiza inspirar-se-á, todavia, na dos Varões Apostólicos. A relação entre o Apóstolo e estes últimos será definitivamente estabelecida aquando da produção do *Codex Calixtinus* em meados do século XII.<sup>3</sup> Consolidada esta narrativa na historiografia e na hagiografia, compreende-se que no século XVI os Varões Apostólicos sejam apresentados, em número de nove, como

<sup>2</sup> A origem destas tradições na historiografia foi estudada por Miguel de Oliveira (79-110).

<sup>3</sup> A este propósito, conferir Miguel de Oliveira (97-98).

discípulos de S. Tiago e naturais da Hispânia. É esta versão tardia, mas definitiva, da sua lenda que analisaremos nas fontes utilizadas para esta investigação.

### 3. S. Torcato na hagiografia/lenda – análise das fontes consultadas

#### 3.1. A produção de narrativas histórico-hagiográficas nos séculos XVI-XVII

A par da publicação do *Martirologio Romano* (1586), formaram-se no espaço cristão europeu durante este período vários movimentos hagiográficos, de âmbito nacional ou regional, tendo em vista a difusão dos seus santos, mártires e pessoas ‘ilustres em virtude’. Esta clarificação dos ‘tipos’ de santidade é fruto do Concílio de Trento (1545-1563), no qual “assiste-se a uma redefinição do conceito de santidade por parte da Igreja, na tentativa de o regulamentar e disciplinar mas também de o valorizar e incentivar” (Costa, 49). O alargamento deste conceito e do ideal de virtude levou a que as hagiografias não incluíssem apenas os feitos heroicos dos santos, mas também aqueles que foram dotados deste ideal (incluindo leigos, portanto); assim, ainda que os relatos hagiográficos fizessem esta distinção, “na prática expunham os mesmos conteúdos (louvor a Deus, vida ascética, mortificação, milagres, etc.) e refletiam o mesmo objetivo: fornecer modelos de conduta cristã” (Costa, 49).

Aproveitando-se a difusão da imprensa, a exibição da numerosidade e variedade dos santos e de indivíduos virtuosos de uma determinada entidade (país, região, diocese, ordem/congregação religiosa, instituição monástica) passou a ser então para esta uma marca de prestígio e de contribuição para o “fortalecimento da identidade comum dada a sua importância para a preservação da memória” (Costa, 50), chegando mesmo a ser difícil a separação entre Historiografia e Hagiografia entre os anos 80 do século XVI e a 1.<sup>a</sup> metade do século XVII na Europa católica.

Um desses países era Portugal. Nos inícios do século XVII, este território e seus dependentes encontrava-se integrado na Coroa espanhola (embora conservasse a sua independência política do reino vizinho) e, conseqüentemente, ‘apagado’ politicamente no contexto da Cristandade. De modo a inverter esta situação, deu-se relevo à perpetuação pela escrita da história militar e política mais recente de Portugal e à edição das crônicas dos monarcas portugueses, atividade que foi reforçada após 1640. Neste contexto, as ordens religiosas presentes neste território desde a sua ‘fundação’ (beneditinos, cistercienses e cónegos regrantes) procuraram anular a influência que as ordens e congregações recém-chegadas pudessem ter sobre D. João IV e obter o seu favor através da recordação do seu envolvimento na construção e no desenvolvimento do Reino e na ajuda aos seus soberanos; deste modo, “ao mesmo tempo enalteciam a sua Ordem ou mosteiro enumerando e descrevendo as acções dos santos ou leigos e religiosos virtuosos que ajudaram a formação da santidade do reino” (Costa, 57). Podemos, portanto, afirmar que a origem da historiografia religiosa em Portugal deu-se no início do século XVII, embora já houvesse anteriormente a noção de que era necessário perpetuar a memória sacra através do registo escrito, dado o novo entendimento que se passou a ter do conceito e da função da História.

A partir de Seiscentos, os cronistas procuraram sustentar a veracidade e o rigor dos factos narrados através da crítica de fontes, da pesquisa em bibliotecas e em arquivos e da leitura paleográfica, o que indica o destaque que passou a ter o documento como prova inquestionável das teses apresentadas; ainda assim, continuou a dar-se um importante peso à “recorrência ao milagre e ao maravilhoso quer em relação a santos

antigos quer aos mais recentes e[/ou] não reconhecidos formalmente pela Igreja” (Costa, 57).

### 3.1.1. O caso das fontes consultadas – notas informativas das mesmas

Ainda que outras fontes reservem partes do texto para descreverem o panorama administrativo, eclesiástico e populacional dos espaços que tratavam (no caso, o *Catálogo e História dos Bispos do Porto* e a *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, de D. Rodrigo da Cunha), a obra de João de Barros, escrita em 1549, é a que mais se destaca neste campo. Como o nome desta indica, o autor dá privilégio às antiguidades da província de Entre-Douro-e-Minho (como vestígios arqueológicos), para as quais tenta com alguma frequência dar uma explicação, e regista os costumes das gentes, as localidades, as divisões administrativas, a rede viária, as características naturais e as estruturas eclesiásticas deste território, pelo que o *Libro das antiguidades e cousas notáveis de antre Douro e Minho* pode ser abordado como se de uma corografia se tratasse.

Frei Bernardo de Brito foi responsável pela redação de numerosos textos, grande parte deixados inéditos e outros dados ao prelo. Porém, de entre todos destaca-se aquela que pode considerar-se a sua obra-prima e o tornou conhecido: a *Monarquia Lusitana*. Pensada pelo autor para ser constituída por oito partes, na verdade só conseguiu assegurar a elaboração das duas primeiras, que abrangem os períodos da criação do Mundo ao nascimento de Cristo (parte I, publicada em 1597) e do nascimento de Cristo à doação do segundo Condado Portucalense ao conde D. Henrique (parte II, publicada em 1609), tendo sido as restantes partes da responsabilidade dos sucessores de Frei Bernardo de Brito como cronistas-mores de Portugal, também eles cistercienses (Frei António Brandão (partes III e IV), Frei Francisco Brandão (partes V e VI), Frei Rafael de Jesus (parte VII) e Frei Manuel dos Santos (parte VIII)). Observam-se, todavia, diferenças na divisão cronológica dos acontecimentos narrados pelas oito partes que constituem a obra.

Apesar da inexistência de periodicidade na sua publicação original, a globalidade da *Monarquia Lusitana* foi editada em fac-simile entre 1973 e 1988. Como afirma A. da Silva Rego na introdução desta edição, “o patriotismo de Fr. Bernardo de Brito é o seu principal fio orientador. É ele o inspirador de todos os seus excessos” (Brito, pt. I, XXI (introd.)), razão pela qual escreveu em português em vez de escrever em latim ou em castelhano, como foi aconselhado a fazer.

D. Rodrigo da Cunha deu importantes contributos para o estudo da História da Igreja em Portugal através da escrita do *Catálogo e História dos Bispos do Porto* (1623), da *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (1634-1635) e da *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa* (1642). Quanto à primeira obra, uma vez que não foi, até ao momento, alvo de uma edição crítica ou um estudo geral<sup>4</sup>, baseámo-nos na primeira edição da mesma, cujo prólogo nos relata que D. Rodrigo da Cunha, com esta obra, pretendeu dar termo ao trabalho iniciado pelo seu antecessor, D. Frei Gonçalo de Morais (1602-1617), e dar a conhecer a religiosidade da cidade do Porto. Para o trabalho prévio de recolha de dados, o autor contou com o auxílio de “muitas pessoas doutas deste bispado e fora d'elle” (Cunha 1623, pról.) e a consulta de variadíssimas fontes – o que indica o cuidado por parte de D. Rodrigo da Cunha em analisar e expor em que estado se encontrava a sua diocese em termos demográficos, por paróquias (agrupadas em comarcas eclesiásticas no final da parte II do *Catálogo* e ordenadas conforme o percurso das visitas pastorais). Por outro lado, o autor sentiu a necessidade de marcar a cidade e a Diocese do Porto na

<sup>4</sup> Teve uma única reedição em 1742, por António Cerqueira Pinto, o qual acrescentou ao texto original as biografias dos prelados portuenses desde D. Rodrigo da Cunha, exclusive, até à data da reedição.

História através da narração da sua fundação e das biografias dos homens que ocuparam o sítio portugalense, desde (o mítico) S. Basílio, no século I (demonstrando a preocupação de D. Rodrigo da Cunha em dar ao seu bispado uma fundação nos tempos apostólicos), a si próprio, narração esta que ocupa a totalidade da parte I e a restante da II da obra.

Por sua vez, a *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* foi reeditada em fac-símile em 1989, sendo a obra apresentada por José Marques. Encontra-se dividida em dois volumes, não equilibrados entre si em termos do intervalo temporal que abrangem: se o segundo cobre o período dos episcopados de S. Geraldo até ao do próprio autor (autobiografia esta que já inclui, na sua parte II, a sua eleição para a Arquidiocese de Lisboa, dada no mesmo ano de 1635), já o primeiro abrange mais de um milénio, do século I (fundação e evangelização da cidade de Braga) ao XI (morte do bispo D. Pedro). Ainda que a *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* constitua, na sua linha geral, um episcopologio dos indivíduos que ocuparam a cátedra bracarense, D. Rodrigo da Cunha não se limitou a inserir informações apenas da sua arquidiocese, versando também sobre outras temáticas fora do âmbito desta (como a Diocese de Elvas ou a atividade missionária no Oriente e no Brasil), “aspectos [sic] que”, para José Marques (Cunha 1989, pt. I, XX (nota de apresentação)), “ampliam o âmbito e o interesse da obra.”

Gaspar Estaço publicou apenas duas obras: o *Tratado da linhagem dos Estaços, naturais da cidade de Évora* (que, como o título indica, narra os feitos da família Estaço, incluindo os ascendentes do autor), uma obra de genealogia, anexo às suas *Várias Antiguidades de Portugal*, publicadas em 1625, de que nos ocuparemos na nossa investigação. Este último texto teve apenas uma reedição em 1754 e, tal como outras obras por nós já abordadas, ainda não foi objeto de uma edição crítica nem de um estudo geral. No seu conteúdo, organizado em 95 capítulos, estão presentes informações históricas e corográficas sobre diversos temas que constituíam as “antiguidades de Portugal”, como a Igreja portuguesa e os seus santos e varões ilustres, a fundação de Portugal e o papel que Guimarães teve como ‘berço da nacionalidade’, várias localidades (Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Évora, etc.), a sua história, os seus naturais e as suas instituições (de entre as quais se destaca, naturalmente, a Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira, que o erudito eborense procurava glorificar), mostrando a utilidade desta obra como fonte para o estudo da história local.

Embora tenha revelado a intenção de dar ao lume outras obras da sua autoria, Jorge Cardoso só logrou fazê-lo com o *Ofício Menor dos Santos de Portugal* (1629) e o *Agiolégio Lusitano*. A publicação deste último texto, que o autor pretendia que abarcasse todo o ciclo do ano, ficou-se pelos quatro primeiros tomos, sendo, de entre estes, os primeiros três produto de Jorge Cardoso (1652 (janeiro e fevereiro), 1657 (março e abril) e 1666 (maio e junho)) e o último da responsabilidade de D. António Caetano de Sousa (1744 (julho e agosto)). Esta dupla autoria, embora procure seguir uma linha condutora de descrição hagiográfica dos biografados (seguida dos respetivos comentários em cada dia) e de valorização do maravilhoso, reflete-se no diferente estilo de escrita (o de Jorge Cardoso mais sóbrio e o de D. António Caetano de Sousa mais panegírico) e na díspar distribuição de informação presente nas ‘vidas’ e nos comentários (D. António Caetano de Sousa ‘divaga’ com muito mais frequência nos comentários que o seu predecessor), consequência das preferências literárias dos públicos contemporâneos e da inacessibilidade que o segundo autor sofreu à documentação e informação deixada previamente pelo primeiro (já que Jorge Cardoso pretendia que autores vindouros dessem continuidade ao seu trabalho).

## 3.2. Levantamento dos dados das fontes consultadas

### 3.2.1. Diversas versões da lenda registadas

O *Libro das antiguidades* mostra-nos que em 1549 a lenda de S. Torcato ainda não se havia desmembrado nas suas diferentes (e, por vezes, confusas) variantes, permanecendo como única e na versão consagrada pelo *Codex Calixtinus*. Esta era justamente, de acordo com João de Barros, a que coincidia com a tradição local, o que denota as influências que a memória coletiva popular sofria por parte do clero (nomeadamente, através da assistência a pregações) e, no sentido inverso, o aproveitamento desta última por parte dos eruditos como suporte ao seu discurso. O autor estava inteirado das alegações dos monges de Celanova de que custodiavam no seu mosteiro o corpo de S. Torcato, às quais dá crédito ao expor a hipótese de o corpo do “homem sancto” se encontrar repartido entre Celanova e Guimarães (ou seja, desconhecia a abertura que se terá feito do túmulo torcatense em 1538, quando se encontrou o corpo incorrupto); no entanto, talvez por não pretender comprometer-se com esta explicação, endossa a identificação do “homem sancto” apenas aos “naturais” da terra e àquilo que ouviu dos mesmos, como se verifica pelas expressões que utiliza.<sup>5</sup>

Frei Bernardo de Brito segue e reforça a interpretação de João de Barros da lenda de S. Torcato, inclusive no local do seu sepultamento (com a ressalva de o mosteiro de S. Torcato guardar a maior parte do corpo e Celanova apenas uma relíquia – mais uma vez, as fontes não falam ainda em ‘corpo incorrupto’); no entanto, acrescenta novos dados a esta: a naturalidade de S. Torcato (o qual, à semelhança dos seus oito companheiros, discípulos de S. Tiago, era natural do Entre-Douro-e-Minho (mais concretamente, da Citânia)) e o modo como se deu o seu martírio, os responsáveis pelo mesmo, em que circunstâncias ficou sepultado o seu corpo depois de este se dar e como este último foi encontrado e sepultado posteriormente. Nas palavras do cronista cisterciense, “dura todavia a memoria deste santo, tão viva entre os moradores da terra, como se a historia de seu martyrio succedera poucos meses antes” (Brito, pt. II, f. 24), pretendendo, desta maneira, contestar a identificação de Guadix com Acci e demonstrar que a sua narração era fiel à que a população local transmitia oralmente. Para além disto, é também o primeiro autor, de entre as fontes que analisámos, a transmitir-nos os nomes e as origens dos restantes Varões Apostólicos e as suas sedes diocesanas.

No entanto, Frei Bernardo de Brito ‘desdobra’ a hagiografia de S. Torcato ao identificar outro santo do mesmo nome, mas mártir de Braga, irmão dos também mártires bracarenses Santa Susana, S. Cucufate e S. Silvestre (este último, pretense bispo de Braga). O seu martírio ocorreu na sequência do de S. Vítor, que data no século I (embora tivesse consciência de “que as lendas antigas, ou ao menos a conjeitura dos escriptores, levão o martirio destes santos dos emperadores Diocleciano, e Maximiano” (Brito, pt. II, f. 37)), por ter sido martirizado, segundo a “memoria” (Brito, pt. II, f. 37), por ordem do governador Sérgio (o único governador com este nome de que tinha conhecimento ter havido na Hispânia era o pretor Sérgio Galba, durante o reinado do imperador Nero).

Com D. Rodrigo da Cunha, a vida de S. Torcato de Guimarães avança no *Catálogo e História dos Bispos do Porto* sete séculos, passando do séc. I para o VII-VIII; não obstante, mantém-se a narração das vidas de S. Torcato, bispo de Acci e mártir, e a de S.

---

<sup>5</sup> “Neste mosteiro jaz hum homem sancto a que chamão Sam Torquato, e os naturais o honrão por sancto, e o tem nessa conta pella fama de seus milagres, e o muimento onde jaz ouvi que tem cheiro mui suave” (Barros, f. 73 – transcrição da nossa responsabilidade).

Torcato, mártir de Braga, permanecendo estas no contexto do reinado do imperador Nero (ou seja, passava a documentar-se a existência de três ‘Santos Torcatos’). Não havia razão, assim, para se identificar os corpos presentes em Guimarães e em Celanova como pertencentes à mesma pessoa: D. Rodrigo da Cunha resolve, de uma maneira geral, a divisão que até então se verificava, defendendo que as relíquias veneradas em Celanova pertenciam a S. Torcato de Acci (corpo) e S. Torcato de Braga (um braço) e o corpo tumulado em Guimarães era o de S. Torcato Félix, bispo de Braga e do Porto e mártir.

O facto de a identificação do bispo Félix do Porto, que tomou assento no XVI Concílio de Toledo em 693 e onde foi eleito bispo de Braga, com S. Torcato de Guimarães ser feita apenas num anexo ao capítulo XI do *Catálogo e História dos Bispos do Porto* (em cujo capítulo se fazia uma pequena nota biográfica deste bispo, para a qual o autor dispunha apenas das informações que as atas do concílio forneciam) é significativo, na medida que mostra que D. Rodrigo da Cunha só tomou conhecimento da santidade deste seu predecessor depois de ter já concluído o corpo principal da sua obra; logo, não havia memória na Arquidiocese de Braga e na Diocese do Porto da existência e do culto a S. Torcato Félix até à data (1623). Uma vez que este reconhecimento era novo no contexto da hagiografia e do santoral portugueses e prevendo, por isso, contestações do mesmo futuramente, D. Rodrigo da Cunha sente a necessidade de tentar demonstrar a veracidade das fontes em que se apoia e contrapor o seu antecessor S. Torcato Félix a S. Torcato de Acci e S. Torcato de Braga através das diferenças das suas ‘vidas’ e dos locais onde se encontravam as suas relíquias.

Gaspar Estaço segue as linhas gerais da versão apresentada por João de Barros e Frei Bernardo de Brito, divergindo na localização da sede episcopal de S. Torcato e no local da morte: enquanto os dois últimos afirmam que S. Torcato faleceu na Citânia de Briteiros (João de Barros) ou nas proximidades dela (Frei Bernardo de Brito), da qual o mártir teria sido o primeiro bispo, o cónego de Guimarães defende que esta se terá dado em Acci, cidade romana que localiza em Guadix e que o Varão Apostólico evangelizou. Daqui, o corpo teria sido transportado pelos accitanos para Guimarães, em fuga da invasão árabe de 711 ou do (suposto) fanatismo de Abd al-Rahman I, emir de Córdova (756-788), onde se conservava incorrupto (é o primeiro autor a qualificá-lo deste modo, invocando para o efeito a abertura do túmulo ocorrida em 1538), pelo que os restos mortais cultuados em Celanova seriam, na realidade, os de S. Torcato, mártir de Braga (o que explicaria o argumento dos monges de Celanova de que “o corpo santo, que elles tem andava em mãos de portugueses” (Estaço, 145)).

Este autor menciona, na sequência do que já havia dito Frei Bernardo de Brito na *Monarquia Lusitana*, dois santos de nome Torcato na Hispânia. Neste sentido, contesta a identificação do bispo Félix de Braga com S. Torcato Félix, a qual classifica de “novidades” (Estaço, 151); com efeito, nas palavras do clérigo eborense (Estaço, 151), “a Igreja de Braga, de que elle foi bispo, o nam conhece por tal, nem de sua morte tem noticia algũa, nem de hum só martyr dos 27,” assim como nenhum dos martirologios, antigos ou coevos. Para além disto, estranha que S. Torcato Félix assinasse com o nome de Félix sendo depois venerado como Torcato; por isso, rejeita o nome ‘Torcato Félix’ ao identificar o bispo Félix de Braga com (a ter sido anteriormente bispo de Iria Flávia) Hidulfo Félix, presente nos XII, XIII, XV e XVI Concílios de Toledo (681, 683, 688 e 693, respetivamente, nos três primeiros como bispo de Iria Flávia e no último como bispo do Porto e eleito de Braga) e III Concílio de Braga (675, como bispo de Iria Flávia).

Naturalmente, D. Rodrigo da Cunha retoma na *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* aquilo que já havia dito no *Catálogo e História dos Bispos do Porto* a propósito de S. Torcato (ainda que com as diferenças da datação do martírio de S. Torcato de Braga e do local onde se encontravam as relíquias deste, assim como a nova

referência à veneração de um braço de S. Torcato de Acci no mosteiro de Santa Maria de la Vega), reforçando a argumentação exposta no episcopologio portugalense; para o efeito, explica a validade da assinatura de S. Torcato Félix com o sobrenome e não com o nome próprio nas atas do XVI Concílio de Toledo<sup>6</sup> e afirma convictamente a hipótese lançada no *Catálogo e História dos Bispos do Porto* de que nos martirológios originais se lia, a 26 de fevereiro, “Torcati Felicis” no lugar de “Fortunati, et Felicis”, como constava à época no *Martirológio Romano* (e que seria, portanto, um erro de cópia).<sup>7</sup>

Jorge Cardoso vai ao encontro da interpretação que D. Rodrigo da Cunha faz da vida de S. Torcato de Guimarães nas suas obras, identificando-o com S. Torcato Félix (atribuindo-lhe também o bispado de Dume, assumido em data incerta); porém, tem também a preocupação de dar a conhecer ao leitor as outras versões existentes da lenda de S. Torcato (mencionando os respetivos autores que as defendem): o discípulo de S. Tiago, Varão Apostólico, primeiro bispo de Acci (que ora se nomeia como Guadix, ora como a Citânia – Jorge Cardoso é conforme à primeira localização) e mártir (embora tenha o cuidado de realçar que havia a discussão sobre de que género de morte teria falecido S. Torcato), e – esta totalmente nova –, o bispo irmão de Santa Senhorinha, que teria vivido no século X, tendo falecido como confessor depois de se refugiar das perseguições aos cristãos por parte dos muçulmanos. Se para contestar a primeira versão (e a sua divisão em duas, relativamente à localização de Acci) vai retomar a argumentação já desenvolvida por D. Rodrigo da Cunha, para a segunda afirma que os livros de linhagens não registam que Santa Senhorinha tenha tido um irmão de nome Torcato e que quando esta viveu (925-c. 980) já havia testemunho do culto a S. Torcato, não o havendo, pelo contrário, de martírios no então Reino de Leão.

O clérigo lisboeta, nos comentários à vida de S. Torcato, não faz a mínima referência ao mártir S. Torcato de Braga, o que indica que este era considerado (como sempre o foi, como vimos na análise das fontes que fizemos) como uma personalidade diferente daquela a quem pertencia o cadáver venerado em Guimarães.

### 3.2.2. Bibliografia citada pelos autores

João de Barros concilia no seu texto a sabedoria popular, guardada na tradição local, com a sabedoria erudita, transmitida pela bibliografia. Ao dar igual peso a ambas, procura comprovar que se complementam entre si e que uma valida a outra. Para o efeito, recorre a obras que relatam a vinda de S. Tiago à Hispânia, a lenda dos Varões Apostólicos (no caso, os textos de Lúcio Marineu Sículo (1460-1533) e de um “Papa Calixto” (Barros, f. 73)<sup>8</sup> (*Codex Calixtinus*, atribuído ao Papa Calisto II?)) e, de entre estes, S. Torcato – de quem narra, apoiando-se em S. Jerónimo (ou nalguma obra a ele atribuída, como nos parece mais provável, de que é exemplo o *Martyrologium Hieronymianum*), o milagre da oliveira que se encontrava no adro da sua igreja florescer e dar frutos no dia da sua festa. De modo a enunciar o nome original dos povos da região

<sup>6</sup> De modo a esconder a nobreza da sua família (os “Torcatos romanos” (Cunha 1989, pt. I, 415)), S. Torcato Félix subscreveu as atas do concílio apenas como Félix, na opinião do autor. Já havia seguido a mesma prática (embora não necessariamente com os mesmos motivos), de acordo com D. Rodrigo da Cunha, Leodecísio Julião, bispo de Braga (675-678), ao assinar as atas dos XIII, XIV e XV apenas como Julião, assim como o faziam grande parte dos cardeais – daí o autor (Cunha 1989, pt. I, 422) informar que “não ouve neste particular regra tão certa que possa fazer argumento provavel por hũa ou outra parte.”

<sup>7</sup> Dá o exemplo de “hum martyrologio antiquissimo de mão que foi dos conigos regrantes do mosteiro de Roriz deste arcebispado, que está no Collegio da Companhia de Jesus desta cidade, [no qual] falta a conjunção *et*” (Cunha 1989, pt. I, 422 – realce a itálico presente no original).

<sup>8</sup> Transcrição da nossa responsabilidade.



onde se situava a cidade de “Accitana” (“Vacceos” (Barros, f. 73v.)<sup>9</sup>), cita Estrabão, informando que Lúcio Marineu Sículo não conseguiu localizar a cidade de Acci.

Mesmo que neste excerto da sua obra não efetue muitas referências, o desembargador de D. João III mostra, assim, ter conhecimentos de literatura clássica, de que Estrabão é um exemplo, e de obras de autores da sua época, como Lúcio Marineu Sículo.

Pese o facto de continuar a apoiar-se nas tradições locais e nas “lendas antigas” (Brito, pt. II, f. 37), Frei Bernardo de Brito dá maior relevância à “conjectura dos escriptores” (pt. II, f. 37), amparando-se com este fim num conjunto mais numeroso de obras que o utilizado por João de Barros. A quase totalidade dos autores que menciona (na qual se excetua João Vaseu) pertence ao clero, o que faz-nos suspeitar que, tendo em conta que Frei Bernardo de Brito habitava o mosteiro de Alcobaça, as obras que consultou pertenceriam à livraria deste cenóbio; além do mais, o cronista cisterciense informa que o “livro de pena que contem vidas de santos, juntas por Frey Bernardo bispo lodovense” (Brito, pt. II, f. 34v.) estava guardado na dita biblioteca.

A nível da atualização de suporte bibliográfico, Frei Bernardo de Brito tanto refere os Padres da Igreja (Santo Isidoro de Sevilha e o Venerável Beda) como autores coevos (João Vaseu e Ambrosio de Morales), o que revela que o monge procurou aproveitar o que de mais recente se produzia na Península Ibérica em termos de historiografia mas sem esquecer os clássicos da historiografia eclesiástica. Regista-se, porém, um maior número de citações bibliográficas para a narrativa hagiográfica de S. Torcato de Acci (no total, seis autores, dois martirologios e um breviário) que para a de S. Torcato de Braga, para a qual se refere apenas um livro manuscrito e, de um modo muito genérico, a “conjectura dos escriptores” (sem se referir a quais). Isto pode significar que a lenda de S. Torcato de Braga era desconhecida ainda da hagiografia, comparando-se com a de S. Torcato de Acci.

D. Rodrigo da Cunha cita no *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, comparativamente às duas obras anteriores, mais cinco obras e autores que não constavam destas, sendo três publicados depois de 1609 (data da publicação da parte II da *Monarquia Lusitana*). Entre estes autores, contam-se o arcebispo Julián Pérez de Toledo e Flávio Lúcio Dextro, retirando dos escritos do primeiro tudo quanto disse relativamente à vida de S. Torcato Félix e servindo-se do segundo para narrar a lenda de S. Torcato, bispo de Acci<sup>10</sup>, e as suas diferenças para a vida de S. Torcato Félix. Todavia, estes dois autores eram fruto de uma falsificação elaborada por Jerónimo Román de la Higuera (1538-1611), a quem o bispo do Porto deu crédito como fidedignos e, conseqüentemente, verídica também a vida de S. Torcato Félix (o que explica que nunca tenha surgido anteriormente na hagiografia). Escritos em 1594, os seus textos foram divulgados e a sua autenticidade debatida em Espanha ainda antes da sua publicação em 1619, pelo que, como se comprova pela sua inclusão apenas na adição ao capítulo 11, D. Rodrigo da Cunha apenas terá

---

<sup>9</sup> Transcrição da nossa responsabilidade.

<sup>10</sup> D. Mauro Castellà Ferrer também narra na sua *Historia del Apostol Santiago Zebedeo, Patron de las Españas* (escrita entre 1588 e 1607 mas só publicada em 1610), a lenda de S. Torcato, discípulo de S. Tiago e bispo de Acci, o qual estaria sepultado no mosteiro de Celanova. Revela, contudo, surpresa por ambos os corpos venerados em Celanova e em Guimarães estarem integralmente conservados, sendo ambos identificados com a mesma personagem. Ao consultar os escritos de Flávio Lúcio Dextro vê uma solução para esta duplicação de cadáveres: assim, o corpo tumulado em Celanova era o de S. Torcato, natural da Hispânia e mártir, e o corpo de Guimarães e o braço exposto no altar-mor da igreja de Celanova pertenciam a outro S. Torcato, natural de Roma e bispo de Guadix, ambos discípulos de S. Tiago (uma vez que a parte II da *Monarquia Lusitana* ainda não havia sido editada em 1607, não pôde identificar o braço venerado em Celanova como referente a S. Torcato, mártir de Braga, como o fez em 1623 D. Rodrigo da Cunha).

tomado conhecimento deles durante a redação do *Catálogo e História dos Bispos do Porto*.

Se para S. Torcato Félix não levantou objeções, já o mesmo não poderá dizer-se para S. Torcato, mártir de Braga. Visto que a *Monarquia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito, é a única obra que se lhe refere, o prelado apoia-se apenas na mesma para descrever brevemente a vida deste mártir, conquanto realce o facto de que “o Martyrologio Portugues [Martirológio dos Santos de Portugal, de Álvaro Lobo] não fala maes que de S. Sylvestre, Santa Suzana, e S. Cucufate” (Cunha 1623, pt. II, 437). Seja como for, D. Rodrigo da Cunha, à semelhança de António de Vasconcelos, que cita, narra a história de três santos com o nome de Torcato.

Nas *Várias Antiguidades de Portugal*, Gaspar Estaço acrescenta 26 novos nomes de autores e títulos de obras não referidos nas fontes anteriores. Na sua globalidade, estes nomes (e os outros já referenciados previamente) não se limitam a um período específico, indo desde os tempos clássicos (Plínio, o Velho, e Ptolomeu) à época do escritor (Cesare Baronio e Antonio de Cianca, por exemplo), passando ainda pela Idade Média (Santo Isidoro de Sevilha e o Venerável Beda). Assim como se assiste a uma preponderância entre as obras referidas dos géneros historiográfico e hagiográfico, observa-se entre os autores citados uma larguíssima maioria de clérigos (excluindo-se alguns dos clássicos, como Plínio, o Velho, Ptolomeu e Prudêncio, e, de entre os escritores mais recentes, Sabellico, João Vaseu e Duarte Galvão), o que denota a relação que existia nos séculos XVI-XVII entre Igreja e Historiografia.

Enquanto Frei Bernardo de Brito é o primeiro autor que, de entre as fontes que analisámos, versa sobre S. Torcato, mártir de Braga, Gaspar Estaço menciona João Vaseu (1511-1561) como outro escritor que o terá feito (o qual é inclusive anterior a Frei Bernardo de Brito). Por outro lado, o cônego de Guimarães não hesita em classificar os textos de Julián Pérez como falsos ao denunciar as suas incongruências, seja internamente (como a datação pela Era de Cristo em vez da Era de César, com numeração árabe, já que os textos pretendiam apresentar-se como sendo de finais do século XI), seja externamente (confrontando-os com as atas dos concílios toledanos e os textos dos martirológios de Usuardo e Maurolico, de Prudêncio e Alonso de Villegas); nas palavras de Gaspar Estaço (151), “quam fraco fundamento tem”, portanto, “estas novidades, que com [o] nome de antiguidades foram mandadas a Portugal por aquelle religioso castelhano [*Jerónimo Román de la Higuera*].” O autor atribui a culpa deste ‘roubo de identidade hagiológica’ aos escritores portugueses por não terem divulgado a verdadeira (na ótica de Gaspar Estaço) história de S. Torcato de Guimarães, lamentando que “tam pesada lhes foi sempre a pena, ainda pera defender o que possuem” (Estaço, 147).

Se omitirmos a referência à obra da sua autoria, *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, D. Rodrigo da Cunha lança na *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* apenas três novos autores (Padilha, Fray Antonio de Yepes e Fray Francisco Bivar) e um manuscrito que surge pela primeira vez (“hum martyrologio antiquissimo de mão” (Cunha 1989, pt. I, 422)) no contexto da(s) hagiografia(s) de S. Torcato. Esta rarefação de novas menções a autores e obras pode ser explicada pela advertência que o então arcebispo de Braga faz no início do capítulo C de que teria pouco a acrescentar àquilo que já havia dito sobre S. Torcato Félix no seu *Catálogo*; de facto, só adicionou ao seu texto anterior os nomes de João Vaseu, Ambrosio de Morales e Cesar Baronio (para além dos que mencionámos anteriormente), continuando a dar especial relevo ao pseudo-Julián Pérez e a combater a sua falsidade que outros autores alegavam. Na *História Eclesiástica* já não acolhe a opinião de Frei Bernardo de Brito de que o martírio de S. Torcato de Braga se terá dado sob o reinado do imperador Nero (interpretação que seguiu no episcopologio portugalense), defendendo aqui, na sequência de Flávio Lúcio Dextro, Ambrosio de

Morales, Padilha e Cesare Baronio, que o mesmo terá ocorrido nos finais do século III ou princípios do século IV; porém, estes autores não são mais nenhuma vez citados em relação a S. Torcato de Braga, pelo que presumimos que D. Rodrigo da Cunha terá continuado a seguir neste ponto a narrativa de Frei Bernardo de Brito.

De entre os autores referidos por D. Rodrigo da Cunha, só dois não são clérigos: João Vaseu, professor universitário, e D. Mauro Castellá Ferrer, militar. O arcebispo de Braga, com exceção das atas do XVI Concílio de Toledo, não se serviu para o seu trabalho de obras publicadas previamente a 1500 (embora pensasse que os escritos de Flávio Lúcio Dextro e Julián Pérez de Toledo fossem bastante anteriores), o que poderá sugerir que procurava estar a par da publicação de novas obras.

Em relação às fontes estudadas atrás, Jorge Cardoso indica sete novos nomes de obras e autores (nove, se considerarmos o *Libro das antiguidades e cousas notáveis de antre Douro e Minho*, de João de Barros, e as *Várias Antiguidades de Portugal*, de Gaspar Estaço, obras não citadas anteriormente), cujos géneros se incluem no âmbito dos domínios cronístico-historiográfico (a *Historia Karoli Magni et Rothalandi* e os “Nobiliarios” (Cardoso & Sousa, t. I, 533)<sup>11</sup>, que, particularmente, constituem-se como relatos genealógicos<sup>12</sup>) e hagiográfico (o novo *Breviário Bracarense* e a *Historia del glorioso Apostol Santiago Patron de España*, de Fray Hernando Oxea)<sup>13</sup>, abrangendo um período muito lato (dos séculos I a. C./I d. C ao século XVI). Quanto aos autores, encontramos, de entre dos que conseguimos apurar dados biográficos, três clérigos ((o pseudo-)Jean Turpin, o arcebispo D. Rodrigo e Fray Hernando Oxea) e um oficial régio (Gaspar Álvares de Lousada, escrivão da Torre do Tombo).

O clérigo lisboeta distingue-se dos autores das restantes fontes relativamente ao método que segue na apresentação das diferentes versões da hagiografia de S. Torcato: depois de fazer a nota biográfica de S. Torcato Félix na comemoração da sua festa (26 de fevereiro), começa, nos posteriores comentários aos indivíduos comemorados nesse dia, por facultar ao leitor breves resumos das obras que leu (tendo o cuidado de mencionar os respetivos autores), separados conforme cada versão da narrativa, para de seguida defender a sua versão e argumentar contra as restantes (recorrendo, para o efeito, a bibliografia – o que explica que pela primeira vez, no *Agiolégio Lusitano*, João Vaseu e D. Mauro Castellà Ferrer sirvam de suporte à biografia de S. Torcato Félix<sup>14</sup>). Com a recorrência ao discurso argumentativo, Jorge Cardoso pretende deixar claro que o seu ponto de vista não se fundamenta apenas na tradição local, no que ‘ouviu dizer’, mas principalmente na pesquisa bibliográfica entre autores respeitados e na comparação com outros casos de veneração a santos em Portugal.

### 3.2.3. Localidades/áreas geográficas referidas pelos autores

No *Libro das antiguidades*, os topónimos e corónimos referidos centram-se ainda no Noroeste Peninsular, exceptuando-se os casos de “Acci,” “Hispania” (ainda dentro do

---

<sup>11</sup> Jorge Cardoso não especifica, contudo, a que livros de linhagens se refere.

<sup>12</sup> É a primeira vez que nos surge durante a nossa análise a alusão a textos deste carácter nas fontes.

<sup>13</sup> Não conseguimos apurar a que obras de Valério Máximo e Gaspar Álvares de Lousada se refere Jorge Cardoso, assim como dados biográficos (com exceção das possíveis datas de nascimento e morte) do poeta romano.

<sup>14</sup> Apesar de Jorge Cardoso afirmar que Fray Hernando Oxea tratou sobre S. Torcato Félix na sua *Historia del glorioso Apostol Santiago Patron de España*, não encontramos alusão a este bispo de Braga na dita obra, sendo os únicos ‘Santos Torcatos’ abordados aí o discípulo de S. Tiago, natural da Hispania, bispo de Acci (Guadix) e mártir, que jaz em Celanova, e outro discípulo do mesmo apóstolo, sepultado em Guimarães (do qual se conservava um braço inteiro no altar-mor da igreja de Celanova).

âmbito peninsular), “Jerusalém” e “Roma” (de quem a Igreja hispânica primitiva estaria dependente, como se pretende mostrar pela menção do reenvio dos nove discípulos de S. Tiago à Hispânia por S. Pedro e S. Paulo). Através desta ‘rarefação’ espacial verificamos que, por volta de 1549, a lenda de S. Torcato de Guimarães ainda permaneceria apenas no âmbito local/regional, com uma localização no espaço bastante simples, sem a contribuição de outras fontes exteriores (que permitiria o aumento da frequência de localidades/áreas geográficas na narração).

João de Barros (fl. 73v.) fala na “cidade de Accitana” como a sede episcopal de S. Torcato; porém, não adverte que esta “Accitana” é um adjetivo referente à cidade de Acci, tratando-o como o nome próprio da cidade. Pela semelhança, identifica-o com o povoado da Citânia (de Briteiros), como era conhecido junto da população local.

Frei Bernardo de Brito apoia-se nos topónimos da ‘vida’ de S. Torcato que lhe chegaram mas insere-os numa realidade espacial mais vasta, relacionando-os com os espaços em que se encontravam inseridos. Procura, deste modo, torná-los mais reconhecíveis (servindo-se da divisão geográfica da época) e que as suas referências sejam menos vagas aos olhos dos leitores da *Monarquia Lusitana*: isso explica que o monge cisterciense situe Acci (Guadix) no “Reino de Granada” e a Citânia na margem do “Rio Ave” e informe que os Sete Varões Apostólicos, naturais do “Entre-Douro-e-Minho,” tenham sido levados por S. Tiago para a “Judeia,” de entre os quais S. Torcato procurou, quando regressou ao “Entre-Douro-e-Minho,” evangelizar os moradores da “Serra de Vieira,” tendo-o estes morto na nascente do “Rio Selho” (onde ficou abandonado o seu corpo e seria erguida mais tarde a “Ermida de S. Torcato-o-Velho,” como era conhecida então). Além disto, mencionam-se outros (novos) topónimos/corónimos onde se prestava culto a S. Torcato (a “Beira” e o “Entre-Douro-e-Minho” e, mais concretamente, o “Concelho de Vieira”) e surge, pela primeira vez, um conjunto de outros locais relativos à ‘história’ de um outro S. Torcato, este bracarense: “Braga” e o “Rio Este” (local de martírio deste S. Torcato).

O capítulo 11 do *Catálogo e História dos Bispos do Porto* corresponde a uma pequena nota biográfica do bispo Félix do “Porto,” eleito no XVI Concílio de “Toledo” (693) bispo de “Braga” (tendo sido o antecessor, Faustino, eleito bispo de “Sevilha”). É unicamente através das atas desta reunião sinodal que D. Rodrigo da Cunha dispõe de informações biográficas do prelado portugalense, não sabendo se o mesmo terá falecido anteriormente à Batalha de “Guadalete” (711) e consecutiva invasão árabe da “Hispânia” – ordenada, segundo o texto, por Ulit, monarca da “Babilónia.” Estes topónimos (exceto “Sevilha”) serão novamente citados na adição ao capítulo 11, pois aí identificar-se-á o bispo Félix do Porto com S. Torcato de Guimarães, o qual teria exercido o episcopado em “Iria Flávia” antes da ocupação da sede portugalense. A par destes, surgirão outros que procurarão testemunhar o culto de que S. Torcato Félix (ou S. Félix Torcato) era alvo também em “Castela:” “Gendelfagera,” “S. Felizes” e “San Felices de los Gallegos.” Com todas estas evidências (que daqui para a frente ficarão para sempre ligadas à história de S. Torcato), D. Rodrigo da Cunha procura demonstrar a falsidade da identificação do ‘homem santo’ de Guimarães com S. Torcato de “Acci,” sepultado no “Mosteiro de Celanova,” e S. Torcato de “Braga,” cujas relíquias se encontravam em “Santiago de Compostela.”

De notar que, pela primeira vez, assomam entre os corónimos dois que não são relativos a uma circunscrição regional, mas a reinos: “Portugal” e “Castela.” O autor do *Catálogo*, ao cometer o anacronismo de olhar para a realidade espacial do século VII com os olhos do século XVII, procura salientar o facto de que, embora S. Torcato Félix tenha nascido e crescido em Toledo (futuramente, território castelhano), foi martirizado num local que depois será Portugal, como que o seu exemplo da doação da vida pela fé fosse

algo tipicamente ‘(pré-)português’ (além de ser o comportamento mais ‘elevado’ que um cristão poderia demonstrar). É disso sintomática a enumeração que D. Rodrigo da Cunha faz dos intervenientes no XVI Concílio de Toledo, limitando-se a enunciar os titulares de dioceses que no século XVII pertencerão a Portugal.<sup>15</sup>

Quanto ao que lemos nas *Várias Antiguidades de Portugal*, se “Saragoça” é o único ponto que nos aparece como novo na narração da vida de S. Torcato (como local da eleição por S. Tiago dos seus discípulos, os Sete Varões Apostólicos), já a “Igreja Colegiada de Guimarães” (instituição a que Gaspar Estaço pertencia como cônego e a que estava anexo o mosteiro de S. Torcato) é referenciada como local onde se prestava culto a este santo, com “officio de martyr” (Estaço, 144), e para onde o rei D. Manuel I ordenou que se trasladasse o corpo em 1501. Por sua vez, em “Espanha,” segundo Gaspar Estaço (e ao contrário do que mencionava D. Rodrigo da Cunha), venerava-se não este S. Torcato mas outro, o bispo de Acci, e o mártir S. Félix, mas de Girona – assim, os locais dedicados a S. Félix que o prelado portugalense interpretava como dedicados a S. Félix Torcato eram, na realidade (de acordo com o autor das *Várias Antiguidades*), alusivos ao mártir gerundense.

D. Rodrigo da Cunha desenvolve na *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* a narração da vida, martírio e culto de S. Torcato Félix que fez anteriormente no *Catálogo*, à qual acrescenta alguns pormenores, entre os quais a educação de S. Torcato Félix na “Sé de Toledo.” Como contraprova a quem contrariava a identificação de S. Torcato de Guimarães com o bispo bracarense do século VIII, lembra a presença das relíquias de S. Torcato de Braga na “igreja de S. Vítor” (até 1102, quando foram levadas, segundo Frei Bernardo de Brito, por Diogo Gelmires para Santiago de Compostela) e das de S. Torcato de Guadix, num primeiro momento, no “mosteiro de Santa Comba de Bande” e, posteriormente, no mosteiro de Celanova (guardando-se um dos seus braços no “mosteiro de Santa María de la Vega”).

Jorge Cardoso fornece-nos pioneiramente no seu *Agiológico Lusitano* a informação de que S. Torcato Félix, depois de ser eleito para a cátedra de Braga (que situa erradamente na “Lusitânia”) no XVI Concílio de Toledo, passou a governar também a Diocese de “Dume” (em data não especificada). É também pela primeira (e única) vez que nesta obra se regista a identificação do ‘homem santo’ de Guimarães como irmão de Santa Senhorinha, dando o autor desta tese como prova a romaria dos moradores de “S. João de Vieira” a “Basto,” local onde a monja se encontra sepultada.

### 3.3. Linhas gerais da evolução da lenda/hagiografia de S. Torcato

Depois de feita esta análise das fontes, podemos constatar que existem algumas linhas gerais na evolução da narrativa hagiográfica de S. Torcato de Guimarães:

- Durante pelo menos os últimos três quartéis do século XVI, o corpo de S. Torcato de Guimarães era venerado pela população local como pertencente a S. Torcato, discípulo de S. Tiago Maior com oito companheiros e Varão Apostólico. Voltou para a sua terra natal, a Citânia de Briteiros, depois de dar sepultamento ao cadáver do seu mestre em Compostela, tendo sido eleito primeiro bispo desta antiga cidade. No decorrer do exercício do seu pastoreio,

<sup>15</sup> “Com elle assinaram [*as atas do concílio*] de Portugal, nam falando em Faustino já bispo de Sevilha, Arconcio de Evora, Emylla de Coimbra, Fioniso de Lamego, Landerico de Lisboa, Joam de Beja, Theudefredo de Viseo, Christis presbitero vigairo de Agripio de Ussobona, no Algarve” (Cunha 1623, pt. I, 116).

tentou (com sucesso, por vezes) a evangelização das terras em redor, como a Serra de Vieira; porém, os lavradores desta sentiram-se ofendidos pela repreensão que S. Torcato terá feito das suas crenças e dos seus cultos, resolvendo então martirizar o bispo na nascente do rio Selho. A identificação de Acci com a Citânia e a discussão que esta acarretava mostra-nos que a personagem central desta narrativa e deste culto era, na realidade, *Sancti Torquati, episcopus accitanus* (ou seja, S. Torcato, bispo de Acci (Guadix)), gentílico que o povo terá associado, por semelhança fonética, com a Citânia, originando-se a lenda acima descrita (provavelmente, ainda antes do período referido). Gaspar Estaço repara, em 1625, nesta confusão na localização da sede episcopal de S. Torcato; ao retomar a narrativa, contraria a tradição vimaranense ao identificar claramente Acci com Guadix, na antiga região da Bética.

- A tradição dos monges de Celanova, na Galiza, identificava, contudo, também o corpo presente no seu mosteiro com a mesma personagem, problema que o *Chronicon Omnimodaе Historiae* de Flávio Lúcio Dextro (divulgado nos finais do século XVI/princípios do XVII) veio resolver: assim, haveria dois ‘Torcatos’, ambos discípulos de S. Tiago, sendo o presente em Celanova natural da Hispânia e o sepultado em Guimarães romano. Esta opinião parece ter sido seguida por autores espanhóis (nomeadamente, D. Mauro Castellà Ferrer, em 1610, e Fray Hernando Oxea, em 1615), embora tenha persistido em Guimarães e entre os autores portugueses a antiga tradição local, os quais ora identificam as relíquias presentes em Celanova como parte do corpo de S. Torcato de Guimarães (como afirmam João de Barros em 1549 e Frei Bernardo de Brito em 1609), ora com outro S. Torcato, o mártir de Braga (o que defende Gaspar Estaço em 1625).
- Como a existência de dois discípulos de S. Tiago com o nome de Torcato parecia inverosímil, surge então, causada pelo aparecimento dos escritos do arcepreste Julián Pérez de Toledo (tais como os de Flávio Lúcio Dextro, falsificação de Jerónimo Román de la Higuera) nos inícios do século XVII, a identificação do ‘homem santo’ de Guimarães com outro Torcato: S. Torcato Félix, bispo de Braga e mártir aquando da invasão árabe de 711. Esta versão, divulgada em Portugal a partir dos anos 20 do século XVII (D. Rodrigo da Cunha parece ter sido o primeiro a registá-la em 1623), conseguiu convencer grande parte dos hagiógrafos portugueses, que a adotaram para os seus escritos (como testemunha firmemente já o próprio D. Rodrigo da Cunha em 1634 e Jorge Cardoso em 1652), mas lançou um debate no meio historiográfico português, presente nas obras de Gaspar Estaço (que a rejeita) e de Jorge Cardoso.

Além destas duas versões principais da narrativa de S. Torcato, as fontes relatam-nos outras duas: S. Torcato, mártir de Braga com os Santos Vítor, Silvestre, Susana e Cucufate (não sendo estas unânimes se sofreram martírio durante as perseguições de Nero, nos anos 60 do século I, ou nas de Diocleciano, nos inícios do século IV) e S. Torcato, bispo e irmão de Santa Senhorinha. No entanto, se para a segunda apenas Gaspar Álvares de Lousada propôs a relação entre aquela que seria a tradição local da comarca de Vieira e o cadáver venerado em Guimarães, no caso da primeira, esta foi referida pelas fontes de modo a marcar a sua diferença para a(s) narrativa(s) de S. Torcato de Guimarães. Comprova-se, assim, que o cadáver venerado no antigo mosteiro torcatense ora foi identificado com S. Torcato, bispo de Acci, ora com S. Torcato Félix, bispo de Braga.

Apesar da existência destas duas principais versões diferentes entre si no espaço e no tempo, reconhece-se que existem traços comuns entre si: o ‘homem santo’ de Guimarães é sempre identificado com S. Torcato, padroeiro da respetiva paróquia, que exerceu o múnus episcopal num tempo particularmente difícil para si e os cristãos, tendo sido em determinado momento perseguido por defender a fé. O sofrimento por que passou em nome de Cristo aliado ao empenho na divulgação da fé entre o seu rebanho são, de acordo com o discurso das fontes analisadas, marcas evidentes da sua santidade, de que a preservação, por intervenção divina, da incorruptibilidade do seu corpo constitui, aos olhos dos fiéis, prova irrefutável.

Esta evolução da lenda de S. Torcato reflete-se também nos locais mencionados nos seis relatos hagiográficos analisados: D. Rodrigo da Cunha deu em 1623, com o seu *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, um importante contributo para o conjunto dos topónimos e corónimos que, de uma certa forma, se relacionam com a vida, morte e culto a S. Torcato, destacando-se de entre os pertencentes a esse contributo “Toledo,” “Iria Flávia,” “Porto” (relativos à vida de S. Torcato Félix), “Aldeia de S. Torcato,” “S. Felizes” e “San Felices de los Gallegos” (locais onde se prestava culto a S. Torcato Félix, de acordo com (o pseudo-)Julián Pérez). Independentemente da identificação de S. Torcato de Guimarães feita pelos autores, estes topónimos nunca mais se excluíram de entre as referências espaciais incluídas nas obras e, a par de outros já presentes anteriormente na bibliografia (“Acci”/“Guadix”/“Citânia,” “Braga,” “Guimarães,” “Mosteiro de Celanova” e “Mosteiro de S. Torcato”) e alguns corónimos (“Galiza”/“Galécia” e “Hispania”), terão uma frequência constante, como atestamos na análise que fizemos das fontes publicadas depois do *Catálogo*.

Se, por um lado, isto significa que se assiste a uma tentativa de clarificação de quem é o corpo venerado no antigo cenóbio torcatense e à marcação da diferença em relação ao que está sepultado em Celanova (como que a querer separar o que estava em solo português do que estava em solo espanhol e, desta maneira, acentuar até a nível devocional as diferenças entre os dois países), por outro, percebe-se a preocupação em estabelecer uma relação entre a hagiografia de S. Torcato e alguns locais de culto, tanto em Portugal como em Espanha, para que, tendo uma maior base de suporte no espaço físico, esta seja mais verosímil.

É também de notar a forma como surge escrito ‘S. Torcato’ por alguns autores: “S. Torcade,” “São Tocarde” e “Sam Torquade”. Tal como acontece com “S. Felizes”/“San Felices”<sup>16</sup> e “S. Torcaz,” esta ‘deturpação’ do antropónimo original ocorre pela evolução da língua falada, transparecendo aqui a forma utilizada pelo povo.<sup>17</sup> A vulgarização do vocabulário neste âmbito é também visível na designação “S. Torcato-o-Velho,” com a qual se qualifica um local de culto na esfera da paróquia de S. Torcato: segundo a tradição popular, as origens da ermida de S. Torcato recuam até ao encontro do seu corpo precisamente nesse local, sendo, portanto, o local de culto original mais “velho” que o mosteiro.

Regista-se igualmente uma evolução no suporte bibliográfico dos autores examinados, fruto da publicação de novas obras, sobretudo ao longo dos séculos XVI e XVII (grande parte versando sobre assuntos da história eclesiástica, como as tradições jacobéias, vidas de mártires e origens de dioceses, ou da história da Península Ibérica,

<sup>16</sup> Relativos a S. Félix, nome que vem do latim *Felicitis*.

<sup>17</sup> Augusto Santos Silva, ao estudar a cultura e religiosidade populares nas romarias contemporâneas a S. Torcato (tendo como exemplo o que observou em 1990), dá-se conta de que as camadas populares valorizam mais a incorruptibilidade do corpo de S. Torcato que o seu martírio, até porque “a ambiguidade da antiga forma popular *Torcade* projectava [sic] a própria ideia crucial de homem *mudado* em santo por escapar à decomposição *post mortem*” (Silva, 215 – realce a itálico presente no original).

como crónicas que versam sobre a mesma ou descrições histórico-geográficas das partes que a compõem), o que revela, por um lado, um acompanhamento atualizado por parte destes das obras que iam sendo publicadas (o que levaria, por isso, a um aumento da sua biblioteca e, naturalmente, do seu nível de erudição sobre os assuntos abordados) e, por outro, permite explicar o baixo número de obras que João de Barros cita em 1549, comparando com os restantes autores (para o que poderá também contribuir o facto de não ser um eclesiástico ao invés dos restantes, que poderiam ter um acesso mais facilitado à consulta de bibliografia e prescindir de um maior apoio na tradição local); no entanto, os responsáveis pela produção das fontes analisadas não deixam de ‘ir beber’ aos clássicos da literatura greco-latina, como Estrabão, Ptolomeu e Plínio, o Velho, ou aos autores contemporâneos dos Padres da Igreja (Eusébio de Cesareia, Prudêncio e Santo Isidoro de Sevilha, por exemplo).

#### 4. Conclusão

Este trabalho de investigação comprova que a formação e o desenvolvimento das lendas populares não ocorrem de uma forma isolada das influências exteriores e fechada sobre si mesma, como se fosse algo apenas da esfera das classes sociais mais populares e que partisse exclusivamente da iniciativa destas. Bem pelo contrário: a geração de uma narrativa parte sempre de um princípio, de um objeto concreto ou de um acontecimento, como tentativa de explicação do mesmo; por vezes, atendendo à existência de vários argumentos (captados de diversas proveniências) que conseguem comprovar esse relato, pode formar-se mais do que uma explicação e, conseqüentemente, mais do que uma narrativa, transmitida oralmente ou através da escrita.

Ora, é justamente isto que ocorre com a hagiografia de S. Torcato. Se nos primeiros tempos (séculos IX-XII) esta se desenvolve principalmente nas obras dos meios cultos (como os martirólogos) da época (no caso, o clero), no século XII já está definitivamente consolidada na versão de S. Torcato, discípulo de S. Tiago Maior e bispo da *civitas accitana*. É esta versão erudita que será transmitida pelo clero à população vimaranense (provavelmente, através das pregações e da difusão do culto), a qual a aplicará à realidade local: a *civitas accitana* (cidade de Acci, ao tempo Guadix) é identificada com a Citânia de Briteiros, conseguindo então explicar-se a presença e veneração de um cadáver reconhecido como o do bispo Torcato num antigo mosteiro dos arredores de Guimarães em plenos meados do século XVI. Alguns autores (D. Rodrigo da Cunha e Jorge Cardoso) notarão esta incongruência da localização da sede episcopal, pelo que procurarão uma explicação alternativa. Os escritos inesperadamente aparecidos de Julián Pérez de Toledo, atribuídos ao século XI, vêm então elucidar a questão: afinal, S. Torcato não havia sido nos tempos da Igreja primitiva bispo de uma diocese longínqua na Bética nem de uma diocese contígua na Galécia (da qual não havia testemunhos da sua existência), mas sim de Braga e do Porto nos séculos VII-VIII, martirizado às mãos dos sarracenos no local onde se encontrava sepultado, pelo que era perfeitamente justificável que ali se conservasse integralmente (o corpo incorrupto era sinal da veracidade da narrativa) e se venerasse. Embora com resistências (nomeadamente, de Gaspar Estaço), é esta versão erudita da lenda de S. Torcato que perdurará e, aos poucos, substituirá a que as camadas populares perpetuavam.

Temos, porém, de estabelecer a relação entre a valorização desta versão da narrativa e a produção de narrativas histórico-hagiográficas nos séculos XVI-XVII. A nova interpretação do conceito de santidade saída do Concílio de Trento juntava-se ao contexto da perda da soberania nacional e da União Ibérica, que impulsionava a uma



(re)descoberta (e fortalecimento) do santoral português e ao realce das suas diferenças em relação aos demais países (principalmente, Espanha). Os textos de Julián Pérez, ainda que supostamente escritos por um autor castelhano e que marcassem o nascimento de S. Torcato em Toledo, assentavam perfeitamente no programa dos clérigos portugueses ‘nacionalistas’: atribuíam-se à figura de S. Torcato dioceses que eram na Época Moderna portuguesas (Braga e Porto) e o seu martírio constituía, para estes, um sinal de que Portugal sempre havia sido (mesmo antes da sua existência) terra de fé, abençoada por Deus por meio do testemunho dos seus santos (portugueses ou ‘pré-portugueses’, incluindo-se S. Torcato nos últimos), de que o cadáver venerado em Guimarães (em território nacional, portanto, distinguindo-se do S. Torcato sepultado e cultuado em Celanova) era uma prova maior.

Pese o facto de não terem pertencido à órbita principal desta investigação, há questões que permanecem sem esclarecimento: como se explica que, a partir de inícios do século XVI, um defunto sepultado num mosteiro vimaranense passe a ser identificado com um dos Varões Apostólicos e discípulo de S. Tiago Maior? Quem foi este homem? Terá, de facto, alguma relação com (a ter existido) a figura histórica de S. Torcato? E quem foi S. Torcato, na verdade?

Para os investigadores, não se sabe se alguma vez a Historiografia trará respostas a estas perguntas. Para os fiéis, o seu “S. Torcade” lá as terá.

**Obras citadas****Manuscritos**

Barros, João de. *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho, e de outras muitas de Espanha e Portugal*. 1549 [1601-1700]. 1 vol.

**Impressos**

Brito, Bernardo de [& al.]. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973-1988 [1a ed. 1597-1729]. 8 vols.

Cardoso, Jorge & Sousa, António Caetano de. *Agiolégio Lusitano*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 [1a ed. 1652-1744]. 5 vols.

Costa, Marta Sofia. *A construção da memória como instrumento de legitimação do presente: em torno da “Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó” de D. Marcos da Cruz (século XVII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. 1 vol.

Cunha, Rodrigo da. *Catalogo, e historia dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, 1623. 2 vols.

---. *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Braga: [s.n.], 1989 [1a ed. 1634-1635]. 2 vols.

Estaço, Gaspar. *Varias Antiguidades de Portugal*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1625. 1 vol.

García Rodríguez, Carmen. *El culto de los santos en la España romana y visigoda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1966. 1 vol.

Mattoso, José. “Santos portugueses de origem desconhecida.” En Colóquio Internacional Piedade popular: Sociedades, Representações, Espiritualidades ed. *Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Terramar, 1999. 27-42.

Oliveira, Miguel de. *Lenda e história: Estudos hagiográficos*. Lisboa: União Gráfica, 1964. 1 vol.

Silva, Augusto Santos. *Tempos Cruzados: Um estudo interpretativo da cultura popular*. [S.l.]: Edições Afrontamento, 1994. 1 vol.